

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA DO
SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES**

CONCORRÊNCIA Nº 007/2025

J.P DA COSTA CONTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.493.151/0001-97, representada neste ato por seu procurador MATEUS GRANDO GAYER, inscrito no CPF nº 014.025.310-60, tempestivamente, vem, com fulcro no artigo 164 da Lei nº 14.133/21 e item 13 do Edital Concorrência nº 007/2024 interpor:

IMPUGNAÇÃO

Pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I – DOS FATOS

Foi publicado o Edital da Concorrência nº 007/2025, na forma eletrônica, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS/PONTOS DE ÔNIBUS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DE MOBILIDADE URBANA E OFERECER MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL.**

Uma vez conhecido dito Edital, nele foram verificadas inconformidades que restringem o CARÁTER COMPETITIVO do certame, sem nenhum respaldo técnico normativo que justifiquem a referida restrição.

O principal aspecto é referente qualificação operacional e profissional, disposta no item 8.16.4 b e c que dispõe:

- ITEM 1.1 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS METÁLICO 4,00X1,50X2,50M, FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO COM BLOCOS 300X500X600MM, FERRAGEM ARMADA E FERRO 5/8" (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO);
- ITEM 1.3 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES DE PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS METÁLICO 6,00X1,95X2,50M, ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA 2,65MM 400X100 DESIGN INTEIRO DO BANCO LATERAL E COBERTURA QUE DEVE SER ESTRUTURADA COM 5 TIRANTES DE INOX E CHAPA DE ACM-ALUMÍNIO (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO);
- ITEM 1.6 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES DE PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS 3,20X2,00X2,60M COM TODA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO FCK 25MPA (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO) itens 11.5.5.2 e 11.5.5.2.2.4, que estabelecem os critérios para a instalação de posto de transformação de no mínimo 300KVA.

Verifica-se que o presente edital não apresenta nenhuma previsão para apresentação de capacidade técnica similar, visto que as especificações técnicas exigidas não demonstram nenhuma complexidade que justifique a sua inclusão e a consequente exclusão de empresas que são tecnicamente capazes, mas que não possuem atestados de capacidade técnica idênticos aos exigidos.

Portanto, percebe-se que há problemas nos referidos itens, que de forma geral prejudica o certame, bem como a administração pública, merecendo reforma e consequentemente ampliando a competitividade.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme o ditame inserto no artigo 164, da Lei nº 14.133/2021, o prazo para impugnação ao edital é de até 03 (três) dias úteis da data fixada para o certame, *in verbis*:

“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei

*ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.***"

A presente representação é tempestiva, pois conforme estabelecido em edital, no item 13, o qual prevê que as impugnações devem ser interpostas até 3 dias úteis anteriores à data de abertura, que no presente caso é 28/11/2025.

III – DOS PRINCÍPIOS

A licitação na modalidade pregão é condicionada aos princípios basilares da **legalidade**, impessoalidade, moralidade, **IGUALDADE**, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como os princípios correlatos da razoabilidade, **COMPETITIVIDADE** e proporcionalidade.

IV – DA HABILITAÇÃO TÉCNICA. COMPLEXIDADE TÉCNICA EQUIVALENTE / SUPERIOR – NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE SIMILARIDADE

Os critérios de habilitação técnica, previstos no art. 67 da Lei 14.133/2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação.

Nesse sentido, a literalidade do dispositivo legal:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou **serviço de características semelhantes**, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na **execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei. (grifo nosso)

Logo, a habilitação técnica trata do conhecimento técnico e experiência necessários à execução do objeto do certame por parte da licitante. Sendo assim, o licitante apresentar atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

No presente certame, a previsão de habilitação técnica dispõe:

b.1) A certidão e atestado acima, deverá comprovar a execução de obras compatíveis com o objeto desta licitação conforme discriminação abaixo:

b.1) A certidão e atestado acima, deverá comprovar a execução de obras compatíveis com o objeto desta licitação conforme discriminação abaixo:

• **ITEM 1.1 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS METÁLICO 4,00X1,50X2,50M, FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO COM BLOCOS 300X500X600MM, FERRAGEM ARMADA E FERRO 5/8" (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO);**

• **ITEM 1.3 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES DE PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS METÁLICO 6,00X1,95X2,50M, ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA 2,65MM 400X100 DESIGN INTEIRIÇO DO BANCO LATERAL E COBERTURA QUE DEVE SER ESTRUTURADA COM 5 TIRANTES DE INOX E CHAPA DE ACM-ALUMÍNIO (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO);**

- **ITEM 1.6 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES DE PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS 3,20X2,00X2,60M COM TODA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO FCK 25MPA (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO).**

Com a devida vênia, o item merece reparo, vejamos.

Ocorre que a previsão torna demasiadamente específica a habilitação, uma vez que se trata de obras com emprego de tecnologia e metodologia comum a diversas outras.

Assim, a previsão tem claro potencial de afastar interessados capazes de executar a obra, pois a comprovação de experiência está apenas reproduzindo o objeto do certame e **restringindo a participação somente entre empresas que já tenham realizado a específica atividade.**

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União dispôs:

A exigência de atestado de capacidade técnica para itens específicos deve ser condição excepcional, fundamentada na relevância particular do item para a consecução do empreendimento e, ainda, no fato de ser item não usual no tipo de serviço contratado. (Acórdão 301/2017-Plenário. Relator: Min. JOSÉ MUCIO MONTEIRO).

Ainda que de ente da federação distinto, podemos balizar o aspecto pela Súmula nº 30 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo dispõe:

SÚMULA Nº 30 - Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, **vedado o estabelecimento** de apresentação de prova de experiência anterior **em atividade específica**, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens. **(grifo nosso)**

Com efeito, para fins de apresentação de documentação relativa à capacidade técnico-profissional, devem ser aceitas aquelas que

demonstrem a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente.

Nessa esteira, no art. 5º da Lei 14.133 dispõe acerca do princípio da competitividade, do interesse público, da razoabilidade e proporcionalidade:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a. comprometam, **restringam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; **(grifo nosso)**

Joel de Menezes Niebuhr descreve que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, **da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.**”

Acerca disso, vale destacar o pensamento do Dr. Antônio Roque Citadini:

A Administração deve proporcionar condições para que o maior número possível de participantes tenha conhecimento e acesso ao certame, razão pela qual deve exigir, nesta fase, **apenas comprovação das condições que lhe assegure não estar realizando um procedimento temerário, com participantes que não preencham as qualificações mínimas exigidas por lei**” (Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas, 3ª ed., São Paulo, Max Limonad, 1999, p. 246) **(grifo nosso)**

Ainda discorre:

A legislação trata de forma mais detalhada a matéria no que diz respeito à qualificação técnica dos participantes da licitação, procurando limitar as possibilidades de o administrador criar obstáculos objetivando reduzir o universo de participantes e ferir a própria essência da competitividade. Pela lei - até por respeito às normas constitucionais – o gestor público deve garantir a mais ampla participação na disputa licitatória. (in Comentários e Jurisprudências sobre a Lei de Licitação Públicas, p. 258)

Assim, a verificação da qualificação técnica tem por objetivo assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, não podendo sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que comprometam a observância do princípio da isonomia.

Como forma de contornar a excessiva, sugere-se a alteração dos requisitos mínimos para:

Item Edital	Alteração
<ul style="list-style-type: none"> ITEM 1.1 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS METÁLICO 4,00X1,50X2,50M, FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO COM BLOCOS 300X500X600MM, FERRAGEM ARMADA E FERRO 5/8" (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO); 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento e aplicação de concreto USINADO Fck=25 MPa (m²); - Fornecimento, dobragem e colocação em forma de armadura CA-50 (kg);
<ul style="list-style-type: none"> ITEM 1.3 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES DE PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS METÁLICO 6,00X1,95X2,50M, ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA 2,65MM 400X100 DESIGN INTEIRIÇO DO BANCO LATERAL E COBERTURA QUE DEVE SER ESTRUTURADA COM 5 TIRANTES DE INOX E CHAPA DE ACM-ALUMÍNIO (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO); 	<ul style="list-style-type: none"> - Trama de aço para telhados (m²); - Execução de cobertura metálica (m²).
<ul style="list-style-type: none"> ITEM 1.6 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 30 UNIDADES DE PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS 3,20X2,00X2,60M COM TODA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO FCK 25MPA (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO). 	<ul style="list-style-type: none"> - Execução de obras em concreto armado (m²)

Portanto, é amplamente possível e legal a alteração no referido edital, com a inclusão de requisitos que possam ampliar a disputa sem comprometer o caráter técnico necessário para executar o presente objeto, visto que a alteração apenas trará benefícios para o Município que contará com empresas capazes e maior disputa no certame, o que resultará na melhor oferta ao Município.

V. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

- a) A republicação do presente edital com as alterações nas exigências técnicas, devendo conter metragem alternativa a fim de garantir a ampliação da disputa, nos termos da fundamentação da exordial, sob pena de violar os princípios da isonomia, da legalidade, da competitividade e da busca pela melhor proposta;
- b) Subsidiariamente, requer que a Administração se manifeste tecnicamente quanto a aceitabilidade dos itens acima descritos como similares a fim de habilitação técnica no certem, com fundamento na jurisprudência pacífica do TCU, sumulada através da SUMULA nº 30 do TCU.

Nestes termos, pede e espera o deferimento.

Linhares, 25 de novembro de 2025.

MATEUS GRANDO GAYER
Procurador
J.P DA COSTA CONTRUTORA LTDA
Cnpj nº 24.493.151/0001-97